

Pública

Os estados que reivindicarem da União condições mais vantajosas para a rolagem da sua dívida com o governo federal terão de renunciar a empréstimos de instituições financeiras federais, como, por exemplo, os recursos disponíveis na Caixa Econômica Federal (CEF) para programas da área social. Esta é uma das condições que o Ministério da Economia pretende discutir com os governadores, a partir desta semana, quando reiniciam as negociações para a rolagem das dívidas de estados e municípios.

Técnicos do Banco Central que participam das negociações garantiram ontem que o gover-

no vai também manter as mesmas exigências feitas pela equipe da ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aos governadores. O governo exigirá novamente o ajuste das contas estaduais, que até hoje não foi feito pela maioria dos estados, explicou uma fonte do BC.

Moratória mineira

Até março deste ano, o estoque da dívida interna dos estados e municípios chegava a Cr\$ 4,4 trilhões. A dívida mobiliária de todos os estados alcança o total de Cr\$ 3,3 trilhões, sendo que mais de 90% correspondem aos estados de São Paulo, Rio

de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O governador de Minas, Hélio Garcia (PRS) decidiu prorrogar, pela sexta vez, a moratória que ele decretou logo que assumiu o governo, em 15 de março. Segundo o governador, somente em dezembro é que o estado terá condições de quitar as dívidas que tem para com empreiteiros e fornecedores.

Em Pernambuco, o governador Joaquim Francisco (PFL) deverá anunciar esta semana medidas para enxugar a máquina administrativa, inclusive reduzindo em 40 mil o número de funcionários públicos — hoje em torno de 180 mil.